



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2012
(Do Sr. Arnaldo Jordy)

Requer informações do Sr. Roberto Monteiro Gurgel Santos, Procurador-Geral da República, sobre as ações impetradas contra a empresa Casas Pernambucanas, por exploração de trabalhadores em situação análoga ao trabalho escravo.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no inciso I, do art. 115 c/c art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, encaminhar ao Senhor Roberto Monteiro Gurgel Santos, Procurador-Geral da República, o Requerimento de Informação em anexo.

Sala das Sessões, em de março de 2012.

Deputado ARNALDO JORDY
PPS/PA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE 2012
(Do Sr. Arnaldo Jordy)

Requer informações do Sr. Roberto Monteiro Gurgel Santos, sobre as ações impetradas contra a empresa Casas Pernambucanas, por exploração de trabalhadores em situação análoga ao trabalho escravo.

A Sua Excelência o Senhor
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Procurador-Geral da República

Senhor Procurador-Geral,

Solicito a V. Exa., com base no § 2º, do art. 50, da Constituição Federal, informações sobre os fatos abaixo especificados.

Conforme veiculado pela jornalista Marina Gazzoni, do periódico Estado de São Paulo, no artigo “Pernambucanas é processada por “ trabalho escravo””, a rede Pernambucanas está sendo investigada desde o ano de 2010 , por conta de denúncia de exploração de trabalhadores em situação análoga à escrava em sua cadeia de produção.

Os trabalhadores na sua maioria eram bolivianos e empregados em fornecedoras da Rede Pernambucanas, e a ação tem como objetivo responsabilizar a empresa por essas atitudes, com o intuito de acabar com o trabalho em situação análogo ao escravo.

A rede possui aproximadamente 200 fornecedores que cuidam das suas 12 marcas próprias que fabricam peças de vestuário, cama, mesa e banho. Conforme ainda informações veiculadas na imprensa, cada fornecedor contrata pequenas oficinas para produzir os materiais comercializados, quem regula o preço é a rede Pernambucanas.

Face ao acima exposto solicito informações sobre o que se segue:

- 1) Quais processos foram impetrados pelo Ministério Público do Trabalho de São Paulo contra a Rede Pernambucanas;
- 2) Quais os motivos que levaram da Rede Pernambucanas a não assinar o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) proposto para encerrar o caso sobre as denúncias de trabalho análogo à escravo;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 3) Que penalidades ela e as empresas terceirizadas podem vir a receber pelo não atendimento das determinações do Ministério Público.

Desde já agradeço a Vossa Excelência pelas informações prestadas.

Câmara dos Deputados, em de março de 2012.

Deputado ARNALDO JORDY
PPS/PA